



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3230 - Pôster - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

REGISTROS DE EDUCAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS/MT/MS (1935-1961)
Eurize Caldas Pessanha - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Raissa Araújo Gomes - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Este trabalho constitui parte de um projeto de pesquisa sobre os processos de expansão do ensino secundário no Brasil a partir da década de 1940 e tem como objetivo a descrição e a análise preliminar dos registros relacionados com educação encontrados nas atas da Câmara Municipal de Dourados-MT/MS, no período de 1935, ano de instalação da Câmara, até 1961, ano da Lei 4024. Os dados foram coletados nos Livros de Atas da secretaria da Câmara Municipal de Dourados/MS. Após a coleta, os dados foram agrupados nas seguintes categorias: 64 sobre CRIAÇÃO/CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE ESCOLAS; 35 sobre RECURSOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS; 17 sobre PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS; 12 sobre BOLSAS DE ESTUDO; 11 sobre ALUNOS; 6 sobre COMISSÕES; 5 sobre HOMENAGENS e 5 sobre FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS, além de 5 não classificadas. Nesta primeira fase da pesquisa, a principal conclusão foi a constatação de que os municípios tiveram participação concreta e efetiva na construção da estrutura educacional de sua região, tanto solicitando a criação de escolas quanto fornecendo subsídios para a instalação e funcionamento das mesmas. Além disso, este trabalho confirma o potencial da documentação camarária como fonte para a escrita da história da educação na região.

REGISTROS DE EDUCAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS-MT/MS (1935-1961)

O papel dos municípios na construção da estrutura educacional das respectivas regiões vem sendo enfatizado na literatura. Gonçalves Neto (2015), por exemplo, afirma que o município, território político administrativo, pode ser caracterizado como um “território pedagógico” (p. 19). Souza (2015) investigou a atuação do poder municipal nos processos de escolarização no Brasil, provocada, provavelmente, pela descentralização dos “negócios da educação” em que estados e municípios se viram compelidos a assumir a organização e a manutenção das institucionais educacionais sob sua jurisdição.

Pesquisas sobre a história do ensino secundário no Brasil utilizam diversos tipos de fontes, desde as mais convencionais como a legislação (PESSANHA, ASSIS, 2015) até a documentação escolar localizada nos arquivos das instituições que inclui atas, regulamentos, provas, fotografias e objetos. Considerando que a atuação dos municípios também alcançou o ensino secundário, como parte de um projeto de pesquisa sobre a expansão do ensino secundário no Brasil, decidimos incluir como fontes a documentação camarária (SANTOS, 2007).

Este trabalho descreve os registros relacionados com educação encontrados nas atas da Câmara Municipal de Dourados-MT/MS no período de 1935, ano de sua instalação até 1961, ano da Lei 4024.

Os primeiros habitantes do território da cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul foram indígenas das tribos Terena e Caiuá. Ao final da Guerra do Paraguai, em 1870, a região passou a atrair grande

número de pessoas. Em 1909, um grupo, composto por Marcelino Pires, Joaquim Teixeira Alves, Januário Pereira de Araújo e outros, iniciou o processo de criação de um patrimônio, dificultado pela Companhia Erva Mate Laranjeira, dona de extenso território na região. A povoação recebeu vários nomes: Vila das Três Padroeiras e, em 1914 foi criado o Distrito de Paz, do município de Ponta Porã e, em 1915, o Decreto n.º 405, de 03 de setembro de 1915, reservou para o Patrimônio da povoação de Dourados 3.600 hectares de terra. Em 20 de dezembro de 1935, a vila foi elevada à categoria de município, desmembrada de Ponta Porã. Limitava-se com os municípios de Maracaju, Ponta Porã, Entre Rios (atual Rio Brilhante) e com o estado do Paraná. Por um breve período, de 1943 a 1946, tornou-se parte do extinto Território de Ponta Porã, sendo elevado à categoria de Comarca em 12 de março de 1946.

Segundo o último censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, abriga uma população de 196.035 pessoas, com estimativa de chegar a 218.069 em 2017. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 97,1%. O número de matrículas no ensino fundamental foi de 33.488 matrículas e no ensino médio foi de 7.157 matrículas no ano de 2015 (BRASIL, 2017).

No dia 22 de janeiro do ano de 1936, foi transcrita a Ata de Instalação do Município de Dourados. Estavam presentes os vereadores Cel Firmino Vieira de Mattos – que presidiu a sessão –, Cel Francisco de Matos Pereira, Cel João Vicente Ferreira, Cel João Rosa Goés, Doutor Nelson de Araújo, Major Onofre de Mattos, Major Luiz Alves Leite, Capitão Ap Vianna e João Cândido da Câmara. Além desses, ainda se encontravam personalidades importantes de outros municípios, como o representante do Chefe de Polícia do Estado de Mato Grosso, prefeitos de outros municípios. Nesta mesma sessão houve a posse do então Prefeito Municipal da cidade de Dourados, o senhor João Vicente Ferreira, que foi nomeado pelo próprio Governador da época. A Câmara Municipal de Dourados funciona até hoje, com uma interrupção de novembro de 1937 a dezembro de 1947, por determinação da Constituição do Estado Novo Varguista.

As informações contidas neste trabalho foram coletadas nas atas das reuniões da Câmara Municipal de Dourados no período de 1935 a 1961, encadernadas em Livros de Atas. A coleta de dados iniciou-se no dia 09 de novembro de 2017 e terminou no dia 31 de janeiro de 2018, com uma pequena pausa no período de recesso da Câmara.

Os seis primeiros volumes de Livros Atas que cobrem o período da pesquisa encontram-se em ótimo estado e estão localizados em uma estante na secretaria da Câmara juntamente com outros livros importantes que tratam da história da cidade.

Em 1937, todas as Câmaras Municipais foram dissolvidas devido à Constituição que estabeleceu o Estado Novo Varguista. Por isso, o Livro Ata volume II cobre apenas o período em que a Câmara funcionou durante o ano de 1937 e registra o recebimento de um telegrama, datado de 12 de novembro de 1937, que comunicava a dissolução de todas as Câmaras Municipais, em virtude da nova Constituição da República. Pelo registro do Livro Ata volume III, percebe-se que, dez anos depois, no dia 01 de dezembro de 1947, a Câmara reiniciou o registro de suas atividades, sem nenhuma menção aos motivos da interrupção ou do retorno.

Os registros coletados foram organizados em oito categorias, aqui apresentadas pela ordem de número de ocorrências.

1. CRIAÇÃO/CONSTRUÇÃO/REFORMAS DE ESCOLAS - inclui os registros referentes à criação de escolas, construção, doação de terrenos, reformas e reparos e recebeu o maior número de registros num total de 65 ocorrências. Destacamos o registro na ata da 8ª Sessão Extraordinária do dia 22 de dezembro de 1952, de uma mensagem do então Prefeito Municipal, pedindo autorização para doar ao Estado uma área de um hectare para a construção de uma Escola Estadual;
2. RECURSOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS - traz 35 registros com especificação de valores, entre os quais a ata da 79ª Sessão Ordinária do dia 19 de março de 1953, em que o vereador Weimar Gonçalves Torres apresentou um projeto de lei que concedia um auxílio de Cr\$5.000,00 para a Escola Adventista do Sétimo Dia da cidade de Dourados;
3. PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS com 17 registros, desde aumentos de salários até criação de novos cargos de professor e funcionários: na 55ª Sessão Ordinária do dia 20 de fevereiro de 1957, foi aprovado, em primeira discussão e votação, um projeto de lei que estabelece um curso intensivo de férias para o Magistério Municipal e cria o Cargo de Inspetor de Ensino;

4. BOLSAS DE ESTUDO com 12 registros, como, por exemplo: na ata da 19ª Sessão Ordinária do dia 12 de julho de 1951 foi aprovada por unanimidade dos votos um projeto de lei que cria a Bolsa Municipal de Estudos, com dotação de Cr\$ 10.000,00 para custear os estudos secundários do melhor aluno primário do município;
5. ALUNOS - traz 11 registros desde visitas de estudantes mesmos à Câmara, requerimentos de recursos financeiros até comunicados oficiais a respeito de organizações estudantis: na ata da 68ª Sessão Ordinária do dia 28 de agosto de 1957, o vereador Auro Rigoti requereu que constasse em ata a visita dos alunos da 4ª série do Ginásio Osvaldo Cruz na Câmara Municipal;
6. COMISSÕES - com 6 registros: Para o ano de 1961 foram designados para a Comissão de Saúde, Educação Indústria e Comércio os vereadores Tércio Torres de Sá, Theotônio Alves de Oliveira e José Ferreira do Nascimento;
7. HOMENAGENS, traz 5 registros de homenagens prestadas pela Câmara Municipal a antigos professores da região: no ano de 1948 foi recebida uma circular da Assembleia Legislativa do Estado pedindo para que, em comemoração ao centésimo aniversário de nascimento de Joaquim Murtinho, fosse dado o seu nome para alguma praça, rua ou escola.
8. FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS com 5 registros sobre funcionamento de escolas: na 95ª Sessão Ordinária do dia 03 de setembro de 1958 foi apresentado pelo vereador Delmar de Oliveira um projeto de lei que cria o cargo de Inspetor Escolar Municipal e torna oficial o programa do Ensino Primário às Escolas Municipais.

Além dessas, encontramos outras 5 ocorrências não classificadas.

Embora não possamos determinar numericamente a proporção de registros sobre educação em relação ao total de registros das atas das reuniões da Câmara Municipal de Dourados, 161 registros constituem uma evidência de que a educação fazia parte da pauta da Câmara.

Discutindo e legislando sobre que escolas deviam ser criadas, construídas, reformadas ou receber recursos financeiros; recebendo visita de alunos e organizações estudantis, decidindo a concessão de bolsas de estudo e a criação de cargos no magistério, bem como aumentos de salários, os vereadores exerciam seu poder de influenciar na estrutura da educação no município e construíram parte da história da educação neste município.

Corroborando com o que identificamos na literatura, concluímos que os municípios tiveram participação concreta e efetiva na construção da estrutura educacional de sua região, tanto solicitando a criação de escolas quanto fornecendo subsídios para a instalação e funcionamento das mesmas.

Além disso, este trabalho confirma o potencial da documentação camarária como fonte para a escrita da história da educação na região.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES NETO, Wenceslau, Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (orgs.). *Ação Municipal e Educação na Primeira República*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 19-35.

PESSANHA, Eurize C.; ASSIS, Wanderlice S. *Repositório da legislação do ensino secundário*. Campo Grande: Ed. Oeste, 2015. 1 DVD.

[SANTOS, Marileide Lopes](#). Documentação camarária e história da educação em Minas Gerais: algumas possibilidades. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2013, Cuiabá-MT, 2013, disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7>, acesso em 29/04/2018.

SOUZA, Rosa Fátima. A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1990). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (orgs.). *Ação Municipal e Educação na Primeira República*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 101-127.

BRASIL. IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 dez. 2017.

